

## “ROMPENDO COM A NATUREZA ARTESANAL DE NOSSO FUNCIONAMENTO”. AÇÕES ARMADAS, REDES SOCIAIS E PRAGMATISMO DO PCBR DURANTE A DÉCADA DE 1980

Lucas Porto Marchesini Torres<sup>1</sup>

**Resumo:** O artigo analisa a tentativa de assalto a banco executada pelo Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) na Bahia em 1986 e os conflitos resultantes dela, envolvendo principalmente o Partido dos Trabalhadores (PT). A frustração do assalto revelou controversos meios usados por militantes do PCBR para obter recursos financeiros com finalidades político-partidárias, vinculando-o a ações de luta armada típicas das décadas anteriores, comportamento em franco descenso entre as esquerdas naquele período. Uma análise mais detida sobre o assalto em Salvador (BA) revela profundos conflitos sociais, políticos e jurídicos que marcaram a redemocratização do Brasil pós-ditadura e permite compreendê-lo para além da frequente ignomínia com a qual ele é explicado.

**Palavras-Chave:** Partido Comunista Brasileiro Revolucionário; Partido dos Trabalhadores; redemocratização; Nova República; esquerdas armadas.

### “BREAKING WITH THE UNPROFESSIONAL FEATURE OF OUR OPERATION”. ARMED ACTIONS, SOCIAL NETWORKS AND PRAGMATISM OF THE PCBR DURING THE 1980’S

**Abstract:** The article examines a bank robbery attempt executed by Brazilian Revolutionary Communist Party (PCBR), in Bahia, in 1986, and its resulting conflicts mainly involving the Workers Party (PT). The frustration of the assault revealed controversial means used by militants of the PCBR to obtain financial resources for political-partisan purposes, linking it to typical armed actions of the previous decades, behavior in frank descent among the lefts in that period. A closer analysis of the assault in Salvador (BA) reveals deep social, political and juridical conflicts that marked the redemocratization of Brazil after the dictatorship and allows to understand it beyond the frequent ignominy with which it is explained.

**Keywords:** Brazilian Communist Party Revolutionary; Workers’ Party; redemocratization; New Republic; left Army.

---

\* O presente texto é resultado de uma pesquisa de mestrado mais ampla que resultou no livro *Estratégias de uma esquerda armada: militância, assaltos e finanças do PCBR na década de 1980*. Salvador: EDUFBA, 2017, de minha autoria. O texto aqui apresentado foi abastecido pelas contribuições dos pareceristas anônimos de *Tempos Históricos*, pelo que agradeço bastante.

<sup>1</sup> Doutorando em História Social (Unicamp) e bolsista Fapesp. E-mail: lucaspmt@hotmail.com

## Introdução

Nos últimos meses de 1979, Marco Aurélio Garcia assinou inúmeros artigos no jornal *Em Tempo*.<sup>2</sup> Em um de seus diversos textos, ele opinou sobre um partido dos trabalhadores esperado desde que o presidente-ditador, general João Figueiredo (1979-1985), anunciara uma reforma política que deveria reimplantar o pluripartidarismo no país. Garcia, porém, não parecia confiante: “Se o PT não tiver lugar na reforma”, redigiu, “o que é quase seguro, ele deve estar pronto para existir como movimento não-legal, mas nem por isso clandestino, no limiar da institucionalidade”. Se fosse impedido de ocupar espaços legais, o PT não poderia correr riscos de cair na clandestinidade que marcou a esquerda armada dos anos anteriores – segundo Garcia, uma esquerda “esclerosada”. Mirando um futuro de incertezas, ele ponderou que para superar os entraves de classe contra os quais o PT se constituiria, seria necessária “uma paciente política de alianças, por compromissos, pela aceitação de conduzir a luta em terrenos que lhe são adversos” (GARCIA, 1979d).

Marco Aurélio Garcia antecipou, portanto, questões que se colocavam no caminho do Partido dos Trabalhadores desde seus primeiros passos e que permaneceriam como dilemas também no seu porvir menos imediato. Entre as publicações de Garcia no *Em Tempo*, a de maior notoriedade – especialmente pelo seu pioneirismo – foi a série “Contribuição à História da Esquerda Brasileira”, na qual analisava a experiência ainda recente da esquerda armada no país. Para ele, a luta armada, como uma “forma generalizada e central de luta da esquerda”, chegara ao Brasil com algum atraso, “quando o modelo castrista que a havia inspirado enfrentava já uma grave crise”, e também desconexa do contexto internacional, porque ignorava “as experiências históricas latino-americanas, mesmo as mais recentes”, ponderava Garcia (GARCIA, 1979a). Crítico da experiência armada anterior, Garcia entendia que o Partido dos Trabalhadores deveria superar de vez esse passado, afastando-se de qualquer prática que o associasse à clandestinidade. Da

---

<sup>2</sup> O autor grava aqui seu respeito pelo professor Marco Aurélio Garcia, cujo falecimento ocorreu no momento em que o presente texto era finalizado. Espera-se que ele sirva como singela homenagem póstuma, no esteio da imensa contribuição intelectual legada pelo professor Marco Aurélio.

mesma forma, chamava atenção sobre como as experiências internacionais poderiam ser absorvidas no Brasil.

Suas “Contribuições” encerraram-se com dois textos sobre o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), organização da esquerda armada nas décadas anteriores e que se reagrupara no PT como tendência (GARCIA, 1979b; 1979c). Garcia destacou sua rápida transição àquilo que chamou de “tentação militarista”, o que se deveu à repressão do Estado e à incapacidade de o grupo alcançar apoio social. Não muito tempo depois de publicado esse texto, em abril de 1986, militantes do PCBR reacenderam nas páginas da imprensa de todo país aquilo sobre o que Marco Aurélio Garcia refletia nas páginas de um jornal que circulava quase exclusivamente entre leitores afeitos às ideias de esquerda: na capital baiana, cinco homens foram presos depois de tentar assaltar uma agência do Banco do Brasil, para o que justificaram sua militância petista e sua solidariedade à Nicarágua sandinista. Sem sucesso, inicialmente tentaram omitir sua militância no PCBR, o que não tardou a chegar ao conhecimento público.

O anúncio daqueles militantes não revelava a motivação que estava por trás do controverso assalto, decerto a mais profunda delas: o abastecimento financeiro do também chamado BR. Seus assaltos eram um recurso extremo de uma organização com reduzida inserção social e que não podia prescindir de expedientes humanos e materiais que garantissem sua manutenção em conjuntura de progressiva redemocratização. Arraigado a vanguardismos então pouco atraentes e quase derrotados, o PCBR isolava-se. A prisão de seus militantes opunha o PCBR aos princípios democráticos que grassavam nos anos 1980 como valores universais: a democracia era um conceito amplamente debatido em ambientes intelectuais, mas também uma bandeira defendida por partidos e políticos das mais diversas tendências (WEFFORT, 1984; COUTINHO, 1984). A despeito de suas variadas acepções, era contraproducente questioná-la, algo que o BR parecia fazer com seu assalto.

O projeto revolucionário de longo prazo do PCBR, bem como sua subsistência política e social, não se sustentava em uma democracia liberal e a organização afastava-se também do Partido dos Trabalhadores, que lhe garantia valiosos espaços de atuação. PT e PCBR possuíam diferenças marcantes e algumas vezes dissonantes: enquanto o primeiro pretendia superar a doutrinação das esquerdas e a tutela varguista, o segundo se apegava a nostálgicas referências armadas e parecia pouco confiante na democracia que se

reestabelecia, o que o inspirava a seguir acreditando na simultaneidade entre o partido de quadros e o partido de massas – como chamou atenção Garcia, no limiar da clandestinidade. Após vinte e um anos de ditadura, o PT incorporava esperanças de justiça social que se renovavam com uma defesa implacável de valores democráticos e cada vez mais institucionais, amplamente comungados pela sociedade e que por isso colocavam o partido mais entrosado em suas relações – garantindo-lhe recursos humanos e também financeiros que faltaram ao PCBR.

As práticas armadas do PCBR nos anos 1980 são quase sempre lembradas apenas na singularidade do assalto de 1986, quase como indigesta efeméride (RIDENTI, 1993: 21; GADOTTI, PEREIRA, 1989: 143). Contudo, ele foi precedido por outros dois outros bem-sucedidos e um deles foi igualmente noticiado pela imprensa da época (TORRES, 2017). Tal esquecimento relativo, somado à tendência dominante de apenas condená-lo como temporão – seria a tal famigerada e trágica repetição histórica –, contribuíram para impedir uma explicação mais profunda sobre o que ações como essas representavam nos anos 1980: o PCBR seguia defendendo a simultaneidade entre o partido de quadros e o partido de massas, encerrando-o numa contradição entre o discurso revolucionário de longo prazo e a necessidade imediata de sobrevivência, algo que ajudara a enclausurar em si mesmas as esquerdas armadas dos anos 1960-1970, afora toda repressão do Estado. A nostalgia do PCBR pelo poder revolucionário das armas, quase totalmente perdida no pós-64, mas ligeiramente realimentada após a revolução sandinista na Nicarágua, constituía um fator de mobilização de alguns poucos militantes, mas, igualmente crucial, era garantir a sobrevivência da organização em ambiente democrático, para o que eram indispensáveis recursos financeiros, que, na falta de outras fontes, foram obtidos em assaltos.

É possível remontar o enredo do assalto de 1986 recorrendo a fragmentos de história encontrados durante a investigação policial que o sucedeu e a entrevistas posteriores com alguns dos envolvidos. São diversificadas fontes que tecem, às vezes em escala microscópica, a complexa rede interpessoal e sociopolítica que envolveu a tentativa de assalto em Salvador, lançando renovado olhar sobre suas motivações. Entre as apreensões foi encontrado o jornal *O Comunista Revolucionário*, talvez editado com recursos

provenientes de assaltos<sup>3</sup>. O documento identificava a necessidade de o PCBR se “profissionalizar” e ampliar suas forças em nível nacional, o que precisaria acontecer “rompendo com a natureza artesanal de nosso funcionamento”. Este excerto dá título ao presente artigo por expressar a função dos assaltos na estratégia do PCBR: tais ações deveriam munir a organização de valiosos recursos financeiros que na falta de outros – sociais, inclusive – permitiriam a expansão do seu alcance social e sua “profissionalização” – pelo menos nos planos otimistas da organização.

### “Tão confusa quanto a América Central”

Quando os primeiros cinco militantes foram capturados, eles precisaram justificar sua intencionalidade. Como registrou a polícia, no momento da prisão eles “bradavam de vivas e altas vozes e em presença de todos, que eram militantes do Partido dos Trabalhadores” e que o produto do assalto “seria remetido ao governo sandinista da Nicarágua”, escondendo o PCBR. No momento da captura, quando inclusive houve troca de tiros, o PT tornou-se uma salvaguarda diante de excessos policiais e também uma garantia de que não eram bandidos comuns<sup>4</sup>. Mais adiante, porém, eles precisaram relativizar essa filiação pública, garantindo que o partido nada tinha a ver com aquilo: era uma iniciativa deles próprios. Um dos presos, José Wellington Diógenes (cearense, estudante de Direito, 35 anos), se explicou dizendo que se não fosse com assaltos eles “teriam que vender bônus e adesivos para ajudar aos sandinistas, mas preferiram assaltar um banco”. Por isso decidiram pelo assalto quando se reuniram numa mesa bar – argumento que reforçava o idealismo do grupo<sup>5</sup>.

Na semana seguinte, agentes da Polícia Federal encontraram em Londrina (PR), na casa de outro preso, muitos papéis com telefones e nomes. Um manuscrito datado de outubro de 1984 listava tarefas que Jari Evangelista (paranaense, operário desempregado, 40 anos) deveria executar com Clara Charf, então ligada ao PT paulista e viúva de Carlos Marighella. Jari deveria providenciar “material de divulgação e venda, talvez livros,

---

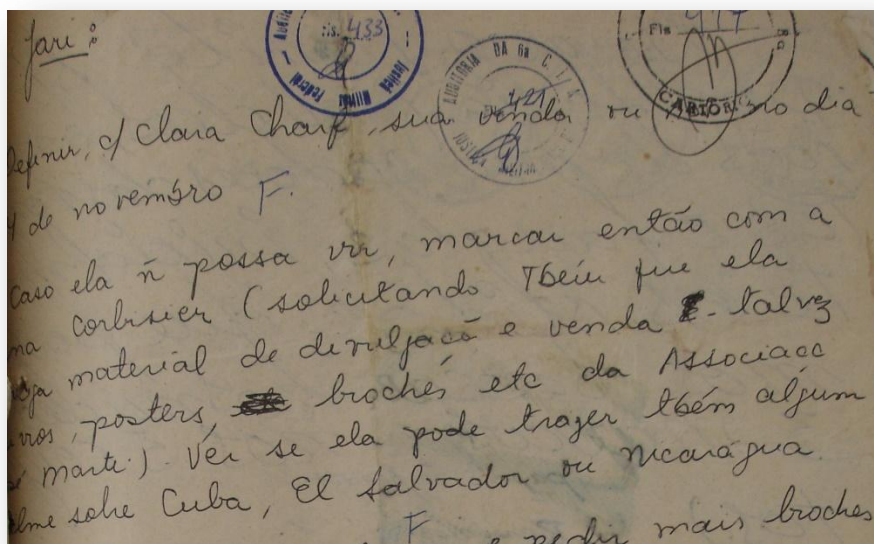
<sup>3</sup> Jornal *O Comunista Revolucionário*. Processo 860372816, volume 8, fls. 77-78, 7ª Vara Crime, Fórum Rui Barbosa (Salvador/BA). Como durante todo o texto apenas esse processo é utilizado, doravante será citado apenas como Processo, mais a respectiva identificação de volume e número de folhas.

<sup>4</sup> Relatório de polícia, 11/4/86. Processo, v. 1, fls. 136-152.

<sup>5</sup> *Correio da Bahia*, 12/4/86. Todos os jornais de circulação no estado da Bahia citados ao longo do livro foram acessados na Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB), Setor de Periódicos.

pôsteres, broches da Associação José Martí” e “ver se ela [Clara] pode trazer também algum filme sobre Cuba, El Salvador ou Nicarágua”. O bilhete também recomendava contato com outra militante, com quem Jari deveria “pegar documentos [de] Esrom e Eliane” e em seguida remeter tudo para um endereço na Nicarágua.<sup>6</sup> Jari não precisou explicar à polícia sua relação com Clara Charf, mas foi perguntado sobre vínculos com Esrom, a quem reconheceu como militante do PCBR. Desde o final dos anos 1970, contou Jari, ambos conviviam e foi Esrom quem o apresentou a um dirigente do PCBR. Jari passou a ter intenso contato com esse dirigente, “quando em uma dessas oportunidades foi convidado para participar de uma ação armada”, depôs<sup>7</sup>.

### Imagem 1



Detalhe do bilhete encontrado na casa de Jari pela Polícia Federal. Processo, v. 7, fls. 433.

Esrom e Eliane mencionados no bilhete formavam um casal e viviam na Nicarágua. Algum tempo depois ele entrevistou-se com Rosana Bond, jornalista brasileira que escrevia um livro sobre a revolução sandinista, mais adiante publicado com título sintomático:

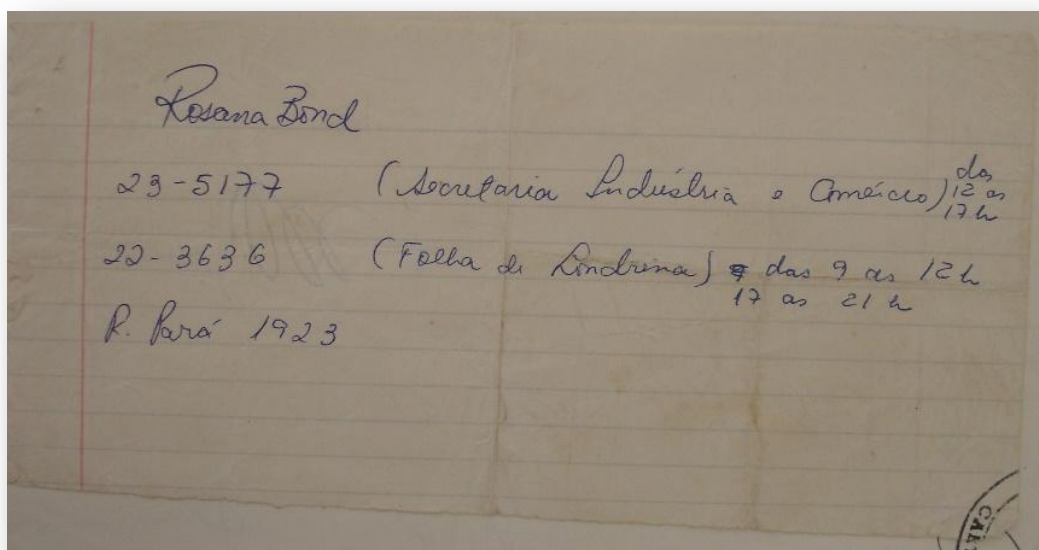
<sup>6</sup> Bilhete, s/d. Processo, v. 7, fls. 433. Fonte usada no parágrafo seguinte.

<sup>7</sup> Depoimento de Jari Evangelista, 16/4/86. Processo, v. 1, fls. 104-8.

*Nicarágua: a bala na agulha.* Para Esrom, a Nicarágua era “um dos lugares mais quentes da América”, o que contribuiu para atraí-lo ao país. Porém, o casal precisou providenciar meios de custear sua viagem do Brasil para lá: “Foi aí que veio a ideia da expropriação”, disse ele sem cogitar propriamente um assalto, mas aquilo “que a moral burguesa chama de ‘trambique’”, segundo o próprio. “Pedimos um empréstimo no banco”, explicou: “Foi uma decisão sem remorso. Sabíamos que não iríamos pagar, mas que aquilo não era um roubo contra o povo. Foi apenas uma ínfima reapropriação daquilo que os banqueiros tiram da gente” (BOND, 1987: 60). Portanto, a Nicarágua inspirou de maneira um tanto diferente Jari e Esrom; da mesma forma, o descontentamento de ambos com instituições bancárias não produziu o mesmo tipo de protesto e Esrom não terminou preso.

A polícia encontrou na casa de Jari outro fragmento que compõe a rede de vínculos desse militante com Esrom, com a Nicarágua e com o PCBR: o número de telefone da jornalista Rosana Bond.

### Imagem 2



Detalhe de apreensão na casa de Jari com números de telefone de Rosana Bond.  
Processo, v. 7, fls. 431.

Rosana Bond tinha 33 anos e era paranaense assim como Jari, Esrom e Eliane. Durante as entrevistas que resultaram em seu *Nicarágua: a bala na agulha*, Rosana conviveu com muitos brasileiros voluntários da causa sandinista. Segundo ela, havia aqueles que estavam lá por contingências familiares ou iniciativas individuais, “mas a maior fatia tem um fio que a une: são militantes do Partido dos Trabalhadores”. No geral eram jovens que “se apresentaram como voluntários para ir vivenciar o processo revolucionário sem exigir nada em troca” e que “não se recusam a ser instalados em plena zona de combate, se for necessário”. Porém, ela não deixou de notar certo receio entre os brasileiros com quem conviveu: “Uma preocupação de que, no Brasil, as pessoas pudessem imaginar que o grupo estava na Nicarágua pegando em armas, o que não é verdade”. Por isso garantiu que na Nicarágua “não se manipula armamentos”, salvo raras exceções (BOND, 1987: 55-8). Na Nicarágua a jornalista percebeu que o exemplo a ser exportado por aquele país poderia não ser apenas o da revolução armada; do Brasil, porém, o exemplo importado poderia se restringir a esse viés da revolução que estava em curso, fosse pelo medo que promovia, fosse pelo tanto que inspirava. Mesmo assim, Esrom mereceu destaque no livro de Rosana Bond por estar entre as exceções que manipulavam armamentos: com direito a foto, ele posou com seu AK-47.

A revolução que se iniciou em 1979 na Nicarágua reanimara a crença no caminho armado para o socialismo entre as esquerdas latino americanas – pelo menos em parte delas. É provável mesmo que alguns dos militantes presos em Salvador encontrassem inspiração para aquele tipo de ação na Nicarágua, embora não deixassem de reconhecer que a manutenção do PCBR era algo importante (TORRES, 2017). No final dos anos 1980, a influência sandinista foi também afirmada de maneira polêmica durante o sequestro do empresário Abílio Diniz. As memórias escritas por Raimundo Freire, um dos sequestradores que teria inclusive recebido treinamento com armas na Nicarágua, possuem indiscutível valor como fonte histórica, especialmente vinculada à memória que o autor pretendia criar sobre o sequestro. Ele afirma que “com a vitória dos sandinistas em 1979, a luta armada retornou numa posição de destaque no cenário latino americano” (FREIRE, 2004: 48).



O autor não deixou de revelar que o sequestro possuiu nítido viés financeiro que superava qualquer intenção de propaganda revolucionária: a ideia era custear a guerrilha em El Salvador, intenção pragmática e financeira que aproximava aquele sequestro do assalto em Salvador – até mesmo nos efeitos nocivos que ambos produziram no Partido dos Trabalhadores. Tanto no sequestro de Abílio Diniz quanto no assalto em Salvador o idealismo revolucionário parecia atender a um premente pragmatismo financeiro. Para o militante que ajudou no sequestro de Abílio Diniz, o exemplo eleitoral da Nicarágua estava rebaixado a segundo plano; para os militantes presos em Salvador, a solidariedade à Nicarágua parecia ser um argumento com vistas à legitimação social daquele evento.

Em suas memórias Raimundo Freire não cita Rosana Bond, que à época do sequestro já publicara o seu livro e chamava atenção para o fato de a Nicarágua poder exportar mais que exemplos armados. E Rosana pode ter sido influenciada pelo assalto em Salvador para escrever seu livro: ela foi testemunha de defesa dos militantes presos na Bahia.<sup>8</sup> Rosana não foi intimada apenas por conhecer Jari, que tinha seu telefone, nem por se interessar pela Nicarágua: ela namorava Marcos Reale (paranaense, estudante de Ciências Sociais, 22 anos), o mais moço entre os militantes presos pelo assalto em Salvador. À *Veja*, que classificou o assalto de “mambembe”, Marcos garantiu: “Nós detestamos Ronald Reagan”, e por isso foi considerado “o mais loquaz dos assaltantes”<sup>9</sup>. Anos mais tarde, ele fez questão de reafirmar seu idealismo: “Eu contava apenas com 22 anos e duas pessoas muito marcantes na minha vida, de uma certa maneira, me estimularam a perseguir esse ideal revolucionário, que foi meu pai, que foi preso político, [na] década de 1970, e Ernesto Che Guevara”<sup>10</sup>. Sobre seus ombros, pesavam a verve de sua juventude e um passado nostálgico da luta armada brasileira e latino-americana – o que, pelo menos em parte, deve tê-lo aproximado da jornalista.

---

<sup>8</sup> Depoimento de Rosana Bond, 9/3/87. Processo, v. 3, fls. 768.

<sup>9</sup> *Veja*, 30/4/86.

<sup>10</sup> O depoimento de Marcos pode ser acessado em: <https://www.youtube.com/watch?v=eXuvb4DS6Rs&t=2s>.

### Imagem 3



Acervo pessoal de Marcos Reale, s/d. Nela aparecem Marcos e sua namorada, Rosana Bond, na área de visitantes do presídio de Salvador, provavelmente entre os últimos meses de 1986 e 1987.

Diferente do que aconteceu na residência de Jari, na de Marcos quase nenhum vestígio de sua militância foi apreendido pela polícia. Marcos contou em entrevista a esta pesquisa que ao ser preso pôde se valer da solidariedade de um repórter:

Na [delegacia de] Furtos e Roubos (...) um jornalista [disse] em off pra mim: Você precisa de alguma coisa? Que avise a alguém? Eu falei: Você pode fazer isso? Ele: Posso. Eu disse: Avisa a Rosana Bond, que é sua colega jornalista, diga o que aconteceu se você puder ligar pra ela (...) Aí [Rosana] correu pra limpar o principal, ou seja, os documentos da organização.

Os vestígios que Rosana tratou de deletar com fito de proteger o namorado e por consequência o PCBR – do qual ela não era um quadro – não fazem falta na hora de perceber as complexas relações que estavam por trás do assalto em Salvador. Como se vê,

na década de 1980 a Nicarágua era um farol que apontava diferentes caminhos e por vezes alguns deles foram menosprezados, como sua experiência eleitoral, por exemplo. A experiência revolucionária daquele país foi bastante mais rica do que os presos conseguiram demonstrar com seu assalto e certamente isso se deve ao fato de não ser apenas à solidariedade internacional do PCBR que o assalto atendia, ainda que a Nicarágua fosse um elo, às vezes frágil, entre os envolvidos no assalto e outros militantes com quem conviviam.

### **“Eu posso ser um beatle, um beatnik ou um bitolado”**

Em junho de 1986, um sexto militante envolvido no assalto foi capturado. O fugitivo era velho conhecido dos órgãos de inteligência da polícia e seu passado no PCBR, notório: Antônio Prestes de Paula (mineiro radicado em São Paulo, sargento da Aeronáutica cassado em 1964, ex-preso político, 60 anos) se encarregava do comando militar do PCBR e dirigiu toda ação em Salvador – foi ele que convidou Jari para participar de sua primeira ação armada depois que Esrom os apresentou<sup>11</sup>. Ao ser preso, Prestes divergiu profundamente daquilo que seus companheiros haviam revelado antes: declarou que o grupo pretendia angariar “meios materiais para a construção de uma organização revolucionária”. “Desde a criação”, explicou, o PCBR “adotava essa linha de ação”, e dentro do PT, “pretendia aglutinar o pessoal para execução dos assaltos”. Ainda segundo ele, o BR pretendia “sensibilizar militantes do partido, mais próximos dessa linha de atuação, para execução das ações que pretendia desencadear”. Um assalto na cidade de Cachoeira (BA), em 1985, estava sendo atribuído àqueles militantes, mas ao contrário dos presos, Prestes confirmou que eles eram os responsáveis. Esse outro assalto foi bem-sucedido e apenas um dos presos em 1986 não esteve presente nele<sup>12</sup>. Para esse assalto, contudo, não houve alegações de solidariedade à Nicarágua. Ao contrário, o gerente do banco ouviu deles: “Fiquem calmos, queremos valores pois somos da Falange Vermelha e

---

<sup>11</sup> Em outro texto analisei mais detidamente a trajetória de Prestes de Paula (TORRES, 2016).

<sup>12</sup> Depoimento de Prestes de Paula, 26/6/86. Processo, v. 6, fls. 677-9.

queremos soltar nosso pessoal”<sup>13</sup>. Não era sempre que os militantes do PCBR tentavam se vincular a causas político-ideológicas em suas ações.

Em seu depoimento Prestes de Paula se desobrigou de qualquer vinculação com a Nicarágua e apenas demonstrou razões de ordem pragmática para os assaltos do PCBR, uma questão nevrálgica nas suas relações internas com o PT, onde o BR abrigava-se semiclandestino e próximo daquilo que Marco Aurélio Garcia tentava rechaçar desde 1979. A comparação entre as apreensões policiais e os depoimentos de Prestes e dos demais militantes mostra que no âmbito ideológico a Nicarágua poderia atrair simpatizantes para a causa do PCBR. Mostra também que após o fracasso em 1986 a solidariedade à Nicarágua seria um recurso extremo para afiançar o idealismo do grupo. Paralelamente, no âmbito material os assaltos abasteciam os cofres da organização, sustentando seus planos imediatos e também de longo prazo. Tratava-se de uma situação limiar de legalidade que o PT pretendia evitar, mas da qual o PCBR, sem o mesmo respaldo social, não conseguia contornar: as ações contra bancos eram um meio de o PCBR obter recursos financeiros que, segundo a lógica da organização, poderiam se converter em recursos humanos e políticos.

O baiano Renato Affonso, dirigente do PCBR que não chegou a cumprir pena pelo assalto de 1986, em entrevista esta pesquisa mencionou que o BR se agrupou como tendência petista quando um debate sobre a autonomia dos trabalhadores tornava-se corrente em toda América Latina, algo que a vinculação do PCBR a princípios vanguardistas tornava delicado. “Nós, como força que nos reivindicávamos no campo do leninismo”, explicou, “tínhamos o partido de vanguarda, o PT e movimento vivo. Então, repare como era difícil compatibilizar essas ações de construção política!”<sup>14</sup>. A visão retrospectiva desse dirigente confirma o conflito da natureza revolucionária do PCBR naquele período e prossegue ele:

Nós não renunciávamos ao partido de vanguarda porque entendíamos que não era possível confirmarmos na legalidade burguesa. Essa é uma legalidade frágil. Qualquer avanço que o movimento realize que transcenda os limites que a burguesia está disposta a conceder, as

<sup>13</sup> Depoimento, 16/5/86. Processo v. 1, fls. 89.

<sup>14</sup> Entrevista com Renato Affonso de Carvalho realizada pelo autor, 29/1/2013.

intervenções virão. E ou você constrói uma forma permanente de funcionamento – e o partido de vanguarda, pela sua própria lógica clandestina, é uma forma permanente – ou então você tá fudido. Você tem que recomeçar do zero sempre.

Os princípios revolucionários complicavam mesmo a existência do PCBR, que precisava manter-se parcialmente na clandestinidade e por isso mais isolado. O militante José Wellington, apresentado páginas atrás, contou em entrevista a essa pesquisa que em 1986 preferia não mais participar de ações armadas como aquelas, porém, não deixava de considerá-las importantes: “Eu defendia que continuasse fazendo porque a gente precisava de dinheiro”<sup>15</sup>. Para ele, o surgimento de uma tendência que se consolidaria com bastante força no PT foi um divisor de águas para a sobrevivência do PCBR ali, ameaçando-o:

Nós fomos engolidos por essa máquina chamada Articulação (...) porque era muito dinheiro. Enquanto a gente fazia uma vaquinha com cinquenta militantes para poder encher o tanque de um carro por um dia (...) eles chegavam de avião (...) nessa luta intestina foi que o PCBR definiu que para que a gente pudesse construir o PT (...) tinha que ter estrutura porque a gente estava sendo engolido.

A permanência do PCBR como tendência petista implicava em disputas com outros setores do partido, igualmente organizados e por vezes mais entrosados socialmente, por dispensar e até combater os vanguardismos incorporados pelo BR. A Articulação mencionada por Wellington, por exemplo, reuniu os três pilares do PT em São Paulo: intelectuais, sindicalistas e católicos, o que lhe garantia trânsito livre – e legal – em muitos ambientes, algo que o semiclandestino PCBR não alcançava. Esse era um tipo de entrosamento que garantia à Articulação recursos humanos e financeiros que invariavelmente se convertiam em recursos políticos em suas disputas dentro do partido.

Lincoln Secco avalia que a extrema esquerda do PT só teve importância em locais onde era ínfima aquilo que chamou de “movimentação social”. Segundo ele, no Rio Grande do Norte e no Paraná as organizações de esquerda foram preponderantes na formação do partido, mas isso não se repetiu em outras regiões, como em São Paulo, onde tendências ligadas a sindicatos e intelectuais eram mais expressivas (SECCO, 2011: 43-61). Jacob Gorender, ex-PCBR, confirma tal cômputo, afirmando que desde sua fundação no final dos

---

<sup>15</sup> Entrevista com José Wellington Diógenes realizada pelo autor, 12/7/2012.

anos 1960 o PCBR tinha raízes mais sólidas no Nordeste e no Paraná (GORENDER, 2003: 112). Pelo visto, a geografia das relações do PCBR não mudara na sua reorganização dos anos 1980 e por isso ele devia ansiar por sua ampliação, o que confirma o cômputo de José Wellington, para quem, mesmo perigosos, os assaltos valiam os riscos.

Algo controverso, mas que parecia funcionar até 1986, quando o fracasso daqueles militantes em Salvador fez ressoarem ferozes críticas contra si, no PT e também fora dele. Como chamara atenção Marco Aurélio Garcia em 1979, o Partido dos Trabalhadores deveria evitar a todo custo a clandestinidade e se empenhar para manter-se em conformidade com o regime institucional do país, algo que o assalto de Salvador impedia, fosse atraindo eventuais medidas jurídicas contra o PT, fosse reduzindo seu poder de atração nas urnas.

### **“Não queremos lembrar o que esquecemos”**

Um rápido olhar sobre os dias no entorno do assalto em Salvador serve para demonstrar o quanto ele se desalinhava de uma discussão mais ampla sobre o lugar das esquerdas na democracia e no quadro institucional brasileiros. Quatro dias antes dele, Marilena Chauí publicou na *Folha de S. Paulo* um texto analisando a luta armada no Brasil e ela não falava da experiência passada das esquerdas, mas de uma que identificava em curso – sua remissão ao termo luta armada era meramente provocativa. Para Chauí, as classes dominantes resolviam seus problemas na esfera política, enquanto os dominados tinham seus problemas contidos pela repressão policial: era assim contra trabalhadores sem-terra, populações indígenas, etc. Chauí propunha que o PT elevasse os subalternos à alta política, afastando-os dessa feroz violência cotidiana<sup>16</sup>. Até ser assaltada pelas notícias da Bahia, ela não pretendia abordar o passado armado das esquerdas, apenas denunciar o presente de injustiças. Com isso ela também apontava para a necessidade de superação daquela experiência anterior que Marco Aurélio Garcia considerou esclerosada.

---

<sup>16</sup> CHAUI, Marilena. “A luta armada no Brasil”, em *Folha de S. Paulo*, 7/4/86.

Na semana seguinte, Marilena Chauí manteve o título de sua coluna e abordou o evento soteropolitano que passara a ocupar os jornais de todo o país. Sua intenção foi dissociá-lo do Partido dos Trabalhadores, que se formara por dentro dos movimentos sociais, respeitando suas diversidades, diferente, segundo ela, das “organizações de esquerda que julgam desnecessária a política porque já possuem a chave da história” – e comungavam da mesma opinião de Marilena Chauí alguns outros influentes intelectuais de esquerda, cujas ideias encontravam maior respaldo social que aquelas representadas pelo PCBR.<sup>17</sup> Nessa mesma semana em que Marilena Chauí se viu forçada a tratar do assalto de Salvador, um grupo de intelectuais reuniu-se em São Paulo para o seminário “As esquerdas e a democracia” e boa parte deles possuía vínculos históricos com as esquerdas brasileiras<sup>18</sup>. Ao noticiar o encontro, a *Folha de S. Paulo* colocou uma questão que pretendia-se responder nele: “Ou [a esquerda] consegue definir uma posição clara diante da democracia e da sua articulação com um projeto socialista no país, ou então ficará indefinidamente perdida no limbo das posturas autoritárias e/ou anacrônicas”<sup>19</sup>. O assalto de dias antes não mereceu nenhuma alusão nas transcrições do encontro, adiante publicadas em livro (GARCIA, 1986), mas sem dúvidas foi tema de conversas informais, afinal ele despertava anacronismos da história recente das esquerdas que precisavam ser superados junto com a democracia que se pretendia construir e que mereceu atenção de todos os presentes.

Igualmente interessado em sua própria defesa e na superação daquilo que o assalto revelou, o Partido dos Trabalhadores foi veemente em reprová-lo. O PT reconhecia os riscos de estar vinculado publicamente àquela prática, por isso sua direção nacional garantiu que logo os envolvidos seriam expulsos e Lula, que presidia o partido, foi taxativo e sincero: “Se algum imbecil quis assaltar um banco pensando em ajudar, se enganou e só prejudicou a Nicarágua” – além do PT, como era evidente<sup>20</sup>. Ao falar à imprensa, Lula se deixou fotografar encimado por um pôster da Nicarágua, o que não escapou aos olhos de uma leitora, cuja crítica mereceu espaço em *Veja*. “Até posso acreditar que os dirigentes do

---

<sup>17</sup> CHAUÍ, Marilena, “A luta armada no Brasil (2)”, *Folha de S. Paulo*, 14/4/86.

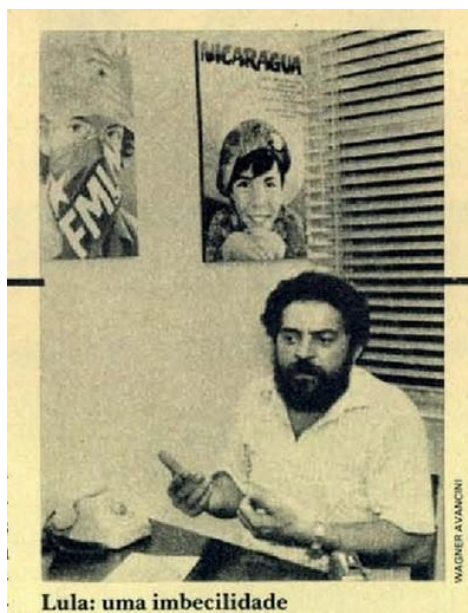
<sup>18</sup> O seminário “As esquerdas e a democracia” ocorreu em 18/4/86, no Centro de Estudos e Cultura Contemporânea (CEDEC) e reuniu nomes como Carlos Nelson Coutinho, Francisco Welfort, Daniel Aarão Reis Filho, Armênio Guedes, Maria Vitória Benevides e Jose Álvaro Moisés.

<sup>19</sup> *Folha de S. Paulo*, 27/4/86.

<sup>20</sup> *Folha de S. Paulo*, 12/4/86.

PT não mandaram seus integrantes praticarem assaltos”, provocou ela, “mas devem tê-los induzido. A culpa é a mesma”, deduzia a leitora<sup>21</sup>.

#### Imagem 4



Detalhe da revista *Veja*, 16/4/86. Ao ver a fotografia de Lula sob um pôster da Nicarágua, uma leitora provocaria em edição posterior da revista.

As relações do Partido dos Trabalhadores com o exemplo nicaraguense era, contudo, bastante diferente daquela que a leitora depreendia do assalto e do pôster sobre Lula – decerto ainda estimulada por um irracional antiesquerdismo que grassava na sociedade brasileira. Nos anos 1980 era intenso o debate sobre a transição para o socialismo ser pacífica ou não: de um lado, o Chile de Salvador Allende era exemplo de transição pacífica que não deu certo; de outro, as guerrilhas na América Central, entre elas a da Nicarágua sandinista, reabasteciam a crença nas armas. Da mesma maneira, a experiência acumulada pelas esquerdas brasileiras estava sendo constantemente debatida e era preciso selecionar bem qual o exemplo serviria ao Brasil. Durante um congresso que tinha o

---

<sup>21</sup> *Veja*, 30/4/86.



socialismo como tema, o petista Marcelo Deda quis saber de um companheiro sandinista presente ali: “Como é que estão se dando hoje as relações do governo sandinista com a oposição legal que existe na Nicarágua, particularmente com o setor que se autodenomina marxista-leninista?”. É bem provável que Deda vislumbrasse questões como aquelas que o assalto em Salvador despertou ao interrogar o companheiro sandinista, de quem pôde ouvir: “Se nós cairmos no dogmatismo pode ocorrer, por exemplo, que fiquemos no nível de democracia que temos agora”, e isso não era desejado, ao contrário, ela deveria ser ampliada. Prosseguiu o sandinista:

Nós não nos contentávamos com a teoria já escrita: há que fazer uma nova teoria e estamos fazendo uma nova teoria. Eu prefiro dizer que somos sandinistas na Nicarágua (...) os grupos que se proclamam marxistas-leninistas são apenas seitas do ponto de vista ideológico. Como se fôssemos dizer ao povo: companheiro, veja, se você quer pertencer à Frente Sandinista tem que ser ateu, e tem que acabar com Deus (...) Na Nicarágua o cristão é um revolucionário pleno (VVAA, 1988: 207-211).

Havia intenso debate na América Latina sobre a ampliação e a consolidação de instrumentos democráticos, bem como sobre as peculiaridades históricas de cada país em sua construção. Nele, dogmatismos eram combatidos enquanto se consolidavam princípios de respeito à autonomia dos povos e dos movimentos sociais em toda sua diversidade. O exemplo que a Nicarágua podia exportar era substancialmente mais vasto que aquele reivindicado à porta do banco pelos militantes presos e menos raso do que compreendia a leitora de *Veja* – cuja profundidade do raciocínio bastou para lhe garantir espaço naquelas páginas.

Porém, não é apenas em opiniões circunstanciais que se encontra uma explicação insuficiente para o assalto de Salvador. *O fantasma da revolução brasileira* o reduz a uma tentativa anacrônica de reviver a luta armada das décadas anteriores. Trata-o como uma reedição de um “assalto a banco nos moldes daqueles da década de 60”, esclarecendo, sob influência de adágio marxista, que “o episódio revela a ausência de uma análise profunda da experiência passada, repetindo como farsa o que já foi tragédia” (RIDENTI, 1993: 21). Sobre Ridenti já não pesaram as intenções de defender o Partido dos Trabalhadores – o que aconteceu com Marilena Chauí, por exemplo –, mas sim as autocríticas sobre a luta armada feitas por aqueles que tomaram parte nela, com nítido olhar retrospectivo. É provável

também que Ridenti tenha validado com algum exagero o argumento apresentado pelos presos de uma pretensiosa solidariedade internacional, o que comprometeu sua visão sobre o episódio. O que não se sustentaria se o assalto fosse lembrado no plural: em 1985 os militantes saíram do banco com o dinheiro que pretendiam e sem alegar qualquer ajuda à Nicarágua. A pesquisa que resulta nesse texto ainda pôde apurar pelo menos mais um assalto realizado pelo mesmo grupo também na Bahia e para o qual a Nicarágua não esteve no horizonte (TORRES, 2017).

Afastando-se do calor das repercussões do assalto e também do cacoete pessimista e teleológico que classifica – e restringe – o processo histórico como farsa ou tragédia, como válido ou inválido, é possível perceber intenções por trás dos assaltos do PCBR na Bahia que extrapolam explicações que o associam esquematicamente à experiência da esquerda armada das décadas anteriores. A revolução brasileira era tema sempre mencionado em documentos da organização, mas isso não a colocava em seu calendário imediato – como temeram artistas, policiais e juízes, bem como alguns leitores de jornais. Nas “Teses sobre a construção do partido revolucionário”, um documento de lavra do PCBR, a luta armada seria uma etapa do processo revolucionário, mas estava claro que as condições para sua implantação ainda não estavam estabelecidas.<sup>22</sup> Por isso, esclarecia o documento, era “necessário preparar-se com antecedência” para esperar as condições favoráveis. Tal preparação consistia em seu fortalecimento como tendência do PT e na manutenção de suas atividades entre os movimentos sociais, conforme atesta uma de suas teses: “A construção do PT como partido de luta e de massas, atuando no campo legal, e a CUT, como organização independente e autônoma dos trabalhadores, são tarefas políticas que servem à Revolução”. Com o acréscimo: “E à própria construção do Partido Revolucionário”. Como explicou o dirigente Renato Affonso, o PCBR vivia a contradição de pretender ser uma vanguarda clandestina em ambiente de redemocratização.

Nesse contexto, o PCBR entendeu que ações armadas representavam um modo de obtenção de recursos, o que confluiria para fortalecer esse partido revolucionário nos espaços legais em que ele transitava. A revolução não estava próxima, mas sua iminência

---

<sup>22</sup> “Teses sobre a construção do partido revolucionário”, s/d. Processo, v. 7, fls. 497-500.

era constantemente aludida para estimular e abastecer sua militância. O PCBR não pretendia organizar uma luta armada concreta e imediata a partir de suas ações, mas precisava de recursos humanos e materiais, nem sempre conquistados por sua retórica revolucionária. Sua opção pelas armas estava longe de caracterizar, portanto, qualquer luta armada, mas, em primeira ora, constituía um militarismo bastante pragmático. Comportamento que sem dúvidas não tornava fácil sua permanência no Partido dos Trabalhadores, terreno onde tais princípios e planos eram um divisor de águas. Os assaltos não constituíam uma tática que o PCBR abraçou apenas por princípio, mas por necessidade, imposta por uma reduzida capilaridade social que combalia sua existência à frente daqueles a quem a organização pretendia representar.

Como sinalizou Marilena Chauí nas páginas da *Folha de S. Paulo*, a direção do PT discordava daqueles que acreditavam possuir a “chave da história”. E Lula era um desses: “Essas pessoas precisam ter humildade para não querer subordinar a classe trabalhadora aos seus caprichos, mas se subordinarem à classe trabalhadora”, para ele, “a esquerda no Brasil sempre usou o nome da classe trabalhadora, mas nunca teve a classe trabalhadora” (MOREL, 1989:135-136). Lula era, decerto, um petista que importava um outro exemplo da Nicarágua, onde a teoria marxista-leninista não substituíu a experiência dos trabalhadores. E para defender o partido que ele dirigia, só restou a expulsão dos militantes envolvidos no assalto em Salvador.

### **“Será a estrada uma prisão?”**

Depois de presos e expulsos do PT, o julgamento dos militantes possuiu dois caminhos distintos e por algum tempo paralelos. Durante os cinco meses seguintes ao assalto, a Justiça baiana e a Justiça Militar disputaram a autoridade sobre o caso, ambas pautadas nos relatórios de investigação das polícias Civil e Federal. A Polícia Civil classificou aquele crime como comum, a despeito de qualquer conotação política que os militantes tenham lhe atribuído. Reclamando falta de tempo e recursos, o delegado alegou não poder sustentar outro crime “senão o previsto na nossa legislação penal em vigor”.<sup>23</sup> Dirigindo-se ao juiz da 7ª Vara Crime de Salvador, datilografou: “Especula-se bastante

---

<sup>23</sup> Relatório da Polícia Civil, 22/4/86. Processo, v. 1, fls. 129-31.

sobre os possíveis envolvimento dos indiciados em (...) crime contra a Segurança Nacional”, embora não descartasse tal hipótese, “tais apurações já ficaram a cargo da Polícia e Justiça Federais”, portanto, não seria a Polícia Civil a apurá-las.

Em maio a Polícia Federal (PF) concluiu suas investigações, afastando criminalmente o PT do caso e indiciando os militantes na Lei de Segurança Nacional (LSN) ainda vigente.<sup>24</sup> Em seu afã acusatório, a PF parecia dilatar a influência e os planos do PCBR, alegando que seus militantes “pregam a derrubada do regime vigente por meio de luta armada, sendo esta fase atual”, e que “o estágio ora vivido pela organização é de expansão”. Descreveu o PCBR como “uma organização de esquerda radical, cuja linha de atuação sempre se pautou pela violência para alcançar o poder”. Embora não parecesse que o assalto de 1986, tampouco os anteriores, atendessem à tática do assalto ao poder, foi assim que a polícia o enquadrou – assim como leitores de jornal, a polícia parecia superestimar a atuação do PCBR. Porém, mais assertiva ao analisar as relações entre o BR e o PT, a Polícia Federal acusou o BR: “Acobertou-se com o manto de um partido legal, o PT, de onde [seus militantes] emanavam suas doutrinas e ensinamentos, através do recrutamento e aliciamento de militantes de outras organizações”. Judicialmente, o PT saíra ileso.

Na etapa seguinte do processo, orientada pelos diferentes caminhos sugeridos pelas polícias Civil (enquadramento na legislação comum) e Federal (enquadramento na LSN), foi a vez de a 7ª Vara Crime de Salvador e uma Auditoria formada na Aeronáutica disputarem a competência para julgar o caso – um chamado conflito positivo de competência que só poderia ser resolvido com o afastamento de uma das instâncias, já que ambas reivindicavam a primazia sobre o caso. Por alguns meses a Auditoria insistiu bastante para prosseguir no julgamento e reiteradas vezes exigiu que a 7ª Vara declinasse de sua competência, mas aquele juízo civil não cedeu, afirmando-a também com igual insistência. Em agosto de 1986, ao arrepio da argumentação que vinha apresentando, a Auditoria declinou unilateralmente de sua competência, sem justificar a desistência.<sup>25</sup> É provável que essa tenha sido uma decisão bastante política, dado que no horizonte de

<sup>24</sup> Relatório da Polícia Federal, 22/5/86. Processo, v. 7, fls. 556-94.

<sup>25</sup> Ofício, 13/8/86. Processo, v. 1, fls. 333.

presos condenados por uma LSN constava eventual anistia concedida pela Constituição que se esperava para breve. Assim, o processo seguiu exclusivamente na Justiça comum, onde os militantes receberam penas que variaram entre dez e treze anos.

A discussão em torno do conflito sobre qual seria a instância competente para julgar o assalto em Salvador legou um debate candente nas páginas do processo e revela nuances de uma redemocratização que ainda se desenvolvia relativa no Brasil. Não apenas pelos excessos da PF durante suas investigações – muitas delas sem qualquer registro de mandado ou intimação –, mas também por uma Auditoria Militar que insistia em se afirmar como instância superior a outra civil, o que estava longe de ser juridicamente aceitável. Os conflitos legais promovidos pelo assalto em Salvador guardavam muitas das contradições da redemocratização brasileira e estavam pautados, sobretudo, na manutenção de alguns “entulhos autoritários” remanescentes do tempo da ditadura, como a Lei de Segurança Nacional, que só perderia a validade com a promulgação da Constituição de 1988.

Os presos, por sua vez, aguardaram definição sobre os rumos do processo para fixar uma estratégia de defesa. Logo que a Auditoria se afastou do caso, eles assumiram firme posição em favor do caráter político de seu crime e passaram a acusar os limites da Nova República – algo silenciado enquanto estavam ameaçados pelos rigores da LSN. Numa estratégia claramente destinada à Justiça e também à opinião pública, concederam entrevista à *Tribuna da Bahia*.<sup>26</sup> Nela, um dos presos afirma: “Agora que já alcançaram o objetivo e deixaram só o bagaço da laranja querem retirar a LSN e nos considerar assaltantes comuns como se a questão fosse apenas formal e não de conteúdo”, reafirmando que pretendiam levantar fundo em prol da Nicarágua. Longe da Auditoria Militar, contraditoriamente, a LSN poderia lhes ser útil, garantindo-lhes o reconhecimento social eles almejavam: o de presos políticos, quando eles passaram a se classificar como “os últimos presos políticos da Nova República”.

Sintomaticamente, a reportagem inaugurou um tipo de comportamento que se tornaria recorrente nas alusões ao assalto de 1986: o silêncio sobre o assalto realizado pelo PCBR um ano antes – um esquecimento frequente em diversas publicações que abordaram o tema (DELLA VECHIA, 2005; GADOTTI e PEREIRA, 1989; PATTERSON, 2011; RIDENTI, 1993; SANTOS, 2007; SILVA, 1998). Amplamente divulgado na imprensa

---

<sup>26</sup> *Tribuna da Bahia*, 13/10/86. Processo, v. 2, fls. 462. Fonte usada no parágrafo seguinte.

baiana e nacional, o assalto na cidade de Cachoeira em 1985, levou o grupo a responder outro processo que tramitou apenas na Justiça comum e prescreveu antes de os acusados receberem uma sentença, o que pode ter contribuído para seu “esquecimento”, mas que não o justifica.

As apreensões reunidas durante as investigações demonstram intensas atividades do PCBR entre 1985 e 1986, intervalo em que os recursos desse outro assalto podem ter sido consumidos. Na casa de um dos presos, a polícia encontrou passagens aéreas para dezenove pessoas que viajavam do Rio de Janeiro para Salvador em julho de 1985, apenas três meses depois do assalto, e dois desses nomes havia participado do assalto: Prestes de Paula e Jari.<sup>27</sup> Renato Affonso sugeriu a esta pesquisa outro destino desses recursos: “Houve um congresso que nós fizemos aqui na Bahia (...) esse congresso foi feito com recursos levantados em assaltos”.<sup>28</sup> Certamente foi esse o congresso citado em *O Comunista Revolucionário*, de onde foi retirado o excerto que dá título ao presente artigo. O jornal esclarece que foi editado em outubro de 1985, após o Congresso Mário Alves, em julho daquele ano e realizado na Bahia. No congresso foram definidos planos de circulação bimestral para *O Comunista Revolucionário*, que desde seu primeiro número alertava para a necessidade de a organização romper “com a natureza artesanal de seu funcionamento”:

Nosso esforço de construção partidária necessita assumir a partir de agora uma nova dinâmica orientada por um método de trabalho profissional que traduza com clareza o caráter *centralizado, planificado e clandestino* de nossa estrutura [grifos originais]<sup>29</sup>.

Seu profissionalismo exigiria, inclusive, esforços fiscais, por isso havia uma campanha anual de finanças “visando suprir o partido de suas necessidades imediatas”. Além da venda de jornais, os militantes que recebessem até um salário mínimo, destinariam 1% ao partido; entre dois e três salários, 3%; acima de quatro, 5%. Fica claro que a questão financeira era importante para o PCBR e que seus recursos contabilizados poderiam não ser o suficiente para a “profissionalização” esperada por seus dirigentes.

<sup>27</sup> Talão com passagens aéreas, ?/7/85. Processo, v. 7, fls. 391.

<sup>28</sup> Entrevista com Renato Affonso de Carvalho realizada pelo autor, 29/1/2013.

<sup>29</sup> *O Comunista Revolucionário*. Processo, v. 8, fls. 77-78.

Se o jornal não foi editado com recursos clandestinos, ele se coloca no esteio daquilo que os assaltos significavam para o PCBR, seja por seu conteúdo, seja pelo contexto em que foi elaborado. Se comparado ao panfleto em que circulavam as “Teses sobre a construção do partido revolucionário” é notório que o jornal recebia tratamento mais atencioso: enquanto as teses eram datilografadas sem qualquer efeito visual, repletas de sinais cifrados, sugerindo uma produção bastante caseira, o jornal recebia outro tratamento gráfico, decerto mais profissional e por isso oneroso. O conteúdo também sugere que as “Teses” deviam circular entre militantes mais iniciados, em circuito quase clandestino; *O comunista revolucionário*, nem tanto. As diferenças entre eles mostram o duplo esforço do PCBR, de atuar legal e clandestinamente, e que para a organização se manter assim eram necessários múltiplos esforços.

As entrevistas com outros militantes ligados aos assaltos na Bahia confirmam os destinos pragmáticos que a organização dava a seus recursos. A esposa de um dos militantes presos foi categórica ao afirmar: “Eles queriam dinheiro para financiar ação política”, afiança fazendo questão de contextualizar sua afirmação. De acordo com ela, “o objetivo daquela ação, com o romantismo que cada um tinha (...) era ter recurso para financiar projetos que viessem a favorecer algumas iniciativas populares”<sup>30</sup>. Marcos, o mais jovem dos presos, confirma tal objetivo listando duas possibilidades financeiras para a organização: os legais, como venda de jornais, e o caminho clandestino, que eram as ações de expropriação – e os assaltos pareciam mesmo mais rentáveis, como expressou José Wellington páginas atrás<sup>31</sup>. Sem intenções públicas de primeira hora (como em sequestros de embaixadores ou em ataques a quartéis), os assaltos pretendiam levantar recursos para uma organização que se pretendia revolucionária, mas que previa uma revolução ainda distante e que não dispensava recursos para gastos imediatos.

A partir da análise das apreensões policiais e das entrevistas com militantes do PCBR é possível perceber um destino constante para os recursos obtidos em assaltos: o financiamento de suas atividades cotidianas. E ele parece mais constante que suas alegadas pretensões internacionalistas e revolucionárias. As ações do PCBR na Bahia promovem uma reflexão sobre os meios utilizados pelas organizações de esquerda, clandestinas ou

---

<sup>30</sup> Entrevista com Teresa Notari realizada pelo autor, 23/5/2012.

<sup>31</sup> Entrevista com Marcos Reale realizada pelo autor, 1º/9/2012.

não, para obter recursos que financiassem suas atividades, clandestinas ou não, em ambiente democrático. Longe de cogitar ações armadas, o PT se preocupava com isso. O PCBR, premido por sua clandestinidade e por seu calendário muito mais apertado que o de partidos dispostos ao longo caminho institucional e democrático, apostou numa via rápida e rentável, mas perigosa. Seu fracasso em Salvador demonstrou que o pragmatismo do PCBR em busca de seus “recursos não contabilizados” não seria tolerado nem pelo PT, nem pela sociedade.

### **Conclusão: “Eu não tinha nada a Temer mas eu tinha medo”**

Pouco tempo depois do assalto em Salvador, em 1987, os Engenheiros do Havaí lançaram um de seus álbuns de maior sucesso, *A Revolta dos Dândis*, que fazia de “Infinita Highway” um *hit* estourado Brasil afora. A canção apresenta um sujeito em conflito com limites e contradições do exercício da liberdade, que nela é comparada a uma estrada de final desconhecido. Como metáfora, tal desconfiança se estende ao processo de redemocratização do Brasil, que àquela altura possuía destinos ignorados. Por isso os versos dessa canção serviram de título para os tópicos do texto e embalaram as questões despertadas pelo assalto de Salvador, uma ação que teve ritmo próprio e bastante singular num contexto de incertezas.

A posse do presidente José Sarney em 1985 colocou pela primeira vez em duas décadas um civil à frente da Presidência da República. Contudo, isso não ensejava apenas comemorações num país que pretendia superar anos de autoritarismo: primeiramente, ele era tão-só o vice de uma chapa desfalcada pela morte de seu principal nome, o também civil Tancredo Neves; segundo, a chapa não fora eleita por votos diretos, mas por um colégio eleitoral; além disso, a posse de Sarney provocara uma celeuma de ordem política e jurídica, dado que ele era o vice de um presidente eleito, mas não empossado, portanto, não devia estar na linha sucessória. Por isso tudo, como confirma depoimento recente do general Leônidas Pires Gonçalves, Sarney não pôde prescindir do beneplácito militar para



assumir o cargo – indícios cabais dos limites da redemocratização brasileira e da permanência de um oneroso entulho autoritário<sup>32</sup>.

A compreensão sobre o assalto de 1986, com toda sua complexidade, não foi tarefa fácil para seus contemporâneos, não raro interessados em explicá-lo como continuidade da luta armada das décadas anteriores ou apenas em adjetivá-lo com desdém. O assalto ao Banco do Brasil de Salvador constitui-se no paroxismo de uma estratégia de sobrevivência do PCBR como tendência do PT e como organização representativa dos trabalhadores, a quem o BR pretendia capitanear. Suas ações contra bancos não caracterizavam qualquer perspectiva de luta armada imediata e revelam as dúvidas daquela organização sobre os caminhos apontados pela democracia brasileira e, sobretudo, as dificuldades de o PCBR sobreviver nesse ambiente. Os militantes que se empenharam em assaltos possuíam alguma nostalgia sobre um passado armado das esquerdas e foram influenciados por essa idealização, mas eles não deixavam de reconhecer demandas materiais bastante imediatas do PCBR que os apressavam a investir contra bancos. O PCBR era uma organização que ansiava pela revolução social, mas que encontrava dificuldades para sintonizar seu discurso revolucionário em ambiente onde ideias que parecessem afrontar qualquer princípio democrático eram rejeitadas. A frustração do assalto em Salvador revelou, portanto, não apenas as dificuldades de sobrevivência do PCBR como uma organização representativa dos subalternos – poucos, aliás, o entendiam assim –, revelou também os limites da redemocratização brasileira sob a ótica de alguns sujeitos daquele período.

Refletir sobre rupturas e continuidades de processos históricos é algo exigente quando a influência deles incide sobre quem quer pensá-los. Tal constatação, incrementada por uma análise mais detida sobre o que o assalto de Salvador revela, contraria argumento do historiador Daniel Aarão Reis, que reduz a envergadura da ditadura civil-militar, estabelecendo seu fim 1979, superestimando efeitos dos primeiros indícios de abertura política (REIS, 2014). Durante o encontro *As esquerdas e a democracia* em 1986, mencionado páginas atrás, Marco Aurélio Garcia destacou a importância daquele debate por estarem “às vésperas de um momento crucial de nossa chamada transição democrática: a eleição e posterior funcionamento da Assembleia Nacional Constituinte” (GARCIA,

---

<sup>32</sup> Entrevista do general Leônidas Pires Gonçalves ao jornalista Geneton Moraes Neto, disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=JDEtTsrQhYw>>.

1986). Para Garcia, ainda em 1986, era claro que a transmissão da Presidência a um civil não encerrava aquele processo, que ele entendia contínuo. Algo que se confirma também nessa pesquisa, que aponta para diversas e profundas continuidades: seja nas perspectivas que parte das esquerdas possuíam quanto a seu papel à frente dos movimentos sociais ou na compreensão que eles mesmos possuíam de sua atuação; seja no aparato jurídico e policial do Estado; seja no antiesquerdismo que grassava em muitos setores sociais, etc.

Valiosos contrapontos ao encurtamento do período ditatorial proposto por Reis também podem ser encontrados em TELES e SAFATLE (2010) e PINHEIRO (2014), para os quais este texto pretende contribuir. Como se viu aqui, se o PT investia na sua capacidade de ocupar espaços legais e institucionais, respeitando princípios dos movimentos que o formavam e para isso estabelecendo alianças por compromissos; o PCBR, por outro lado, se mantinha preso a uma renitente desconfiança daquilo que o dirigente Renato Affonso chamou de “legalidade burguesa”, temendo ocasionais retrocessos. Entre as duas siglas havia importantes diferenças que não podem ser analisadas por olhares retrospectivos que as menosprezem.

A dissertação resultante da pesquisa aqui demonstrada foi defendida em plena turbulência gerada pelas manifestações de junho de 2013 e até então pareceria esdrúxula qualquer desconfiança da crescente consolidação da democracia brasileira. O golpe sofrido pela presidenta Dilma Rousseff, porém, tornou evidentes as fragilidades da democracia e das instituições brasileiras. Desde então, nenhuma perspectiva de luta armada apareceu no horizonte das esquerdas nacionais – o que demonstra uma maturidade democrática ampliada entre elas –, mas, ao contrário disso, pedidos de intervenção militar foram frequentes. Essa nova derrota da democracia remonta por certo às fragilidades nela presentes desde a abertura dos anos 1980 – muitas reveladas pelo assalto em Salvador e por suas consequências. Se a desconfiança que o PCBR demonstrou possuir quanto ao alcance e à sustentação da democracia brasileira maculou essa organização com ares de anátema, a insistência em analisar sua experiência sob essa ótica não contribui para o pensamento histórico, cujo esforço deve ser o de compreender os princípios peculiares dessa sigla e de seus militantes – e o alerta de sua experiência não pode ser tomado apenas como opróbrio.

A sociedade brasileira ainda esperaria bastante – e ainda espera – pela construção de bases mais sólidas para sua democracia e com os conflitos narrados aqui, que opunham os que desconfiavam da democracia àqueles que apostavam nela, pretende-se relativizar o alcance dos instrumentos democráticos brasileiros e chamar atenção para aquilo que os fragilizou e ainda os fragiliza. Os insistentes golpes que solapam e fragilizam a democracia brasileira não podem ser menosprezados e necessitam sempre ser analisados em sua profundidade.

### Fontes

Processo 860372816, 7ª Vara Crime, Fórum Rui Barbosa (Salvador/BA), 8 volumes.

Jornais e revistas (1986): *Correio da Bahia*, *Folha de S. Paulo*, *Tribuna da Bahia* e *Veja*. Todos acessados na Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB), Setor de Periódicos.

Entrevistas realizadas pelo autor: Teresa Notari (23/5/2012), José Wellington Diógenes (12/7/2012), Marcos Reale (1º/9/2012) e Renato Affonso de Carvalho (29/1/2013).

Vídeos disponíveis na internet:

<<https://www.youtube.com/watch?v=eXuvb4DS6Rs&t=2s>> e

<<https://www.youtube.com/watch?v=JDEtTsrQhYw>>.

### Referências bibliográficas

BOND, Rosana. *Nicarágua: a bala na agulha*. São Paulo: Ícone Editora, 1987.

CHAUÍ, Marilena. PT “leve e suave”? In.: SADER, Emir (org.). *E agora, PT? Caráter e identidade*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

COUTINHO, Carlos Nelson. *A democracia como valor universal e outros ensaios*. 2a ed. Ampliada, Rio de Janeiro: Salamandra, 1984.

DELLA VECHIA, Renato da Silva. *Origem e Evolução do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (1967-1973)*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

FREIRE, Raimundo R. Costa. *Pão de Fel: das utopias guerrilheiras ao sequestro de Abílio Diniz*. 3ª edição, Fortaleza: Premium, 2004.

GADOTTI, Moacir, PEREIRA, Octaviano. *Pra que PT? Origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Editora Cortez, 1989.

GARCIA, Marco Aurélio (org.). *As esquerdas e a democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

\_\_\_\_\_. Como surge a esquerda armada brasileira (ou “A arma da crítica e a crítica das armas”). *Em Tempo*, ano III, nº 81, setembro/1979 (a).

\_\_\_\_\_. O PCBR na agonia do militarismo. *Em Tempo*, ano III, nº 94, 13/12/1979 (b).

\_\_\_\_\_. PCBR: da formação à tentação militarista. *Em Tempo*, ano III, nº 93, 5/12/1979 (c).

\_\_\_\_\_. PT: um partido tático ou estratégico. *Em Tempo*, ano III, nº 84, ?/10/1979 (d).

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 6ª edição revista e ampliada, São Paulo: Ática, 2003.

MOREL, Mário. *Lula, o metalúrgico*. Anatomia de uma liderança. 2ª edição, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

PATTERSON, Rui. *Quem samba fica: Memórias de um ex-guerrilheiro*. Salvador: EGba, 2011.

PINHEIRO, Milton (org.). *Ditadura: o que resta da transição*. São Paulo: Boitempo, 2014.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Unesp, 1993.

SADER, Eder. *Quando os novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Igor Gomes. *Na contramão do sentido: origens do PT de Feira (1979-2000)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

SECCO, Lincoln. *História do PT (1979-2010)*. Cotia: Ateliê Editorial, 2011.

SILVA, Antonio Ozaí da. *Os partidos, tendências e organizações marxistas no Brasil (1987-1994): permanências e discontinuidades*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Porto Alegre, 1998.

TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. *O que resta da ditadura*. São Paulo: Boitempo, 2010.

TORRES, Lucas Porto Marchesini. *Estratégias de uma esquerda armada: militância, assaltos e finanças do PCBR na década de 1980*. Salvador: EDUFBA, 2017.

TORRES, Lucas Porto Marchesini. Percursos e percalços do sargento Prestes de Paula: trajetória de um militar comunista em busca de entrosamento social no Brasil Republicano. *Revista Mundos do Trabalho*, v. 8, p. 33-56, 2016.

VVAA. *Socialismo em debate – 1917-1987*. São Paulo: Instituto CAJAMAR, 1988.

WEFFORT, Francisco. *Por que democracia?*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

**Recebido em:** 15 de setembro de 2017

**Aceito em:** 27 de novembro de 2017